

CUMPRIR O ACORDO PARA PARAR O EMPOBRECIMENTO E APROFUNDAR O CAMINHO DE RECUPERAÇÃO DO PAÍS

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA 14/10/2017



I. DOIS ANOS DEPOIS DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, ESTE É UM MOMENTO DE BALANÇO DA LEGISLATURA. O ACORDO PARA PARAR O EMPOBRECIMENTO PROVU-SE NÃO SÓ POSSÍVEL COMO ECONOMICAMENTE VIRTUOSO.

Contrariando algumas das ordens das instituições europeias e recuperando os rendimentos do trabalho, foi possível começar a recuperar a economia e o emprego em Portugal a um ritmo superior à média da zona euro. Estão completamente desmentidos os anúncios do desastre resultante da subida do salário mínimo nacional, do descongelamento de pensões ou do fim dos cortes institucionais em salários e pensões. Provou-se acertada a determinação do Bloco de Esquerda na recuperação de rendimentos do trabalho e na imposição de metas concretas para essa recuperação no acordo estabelecido com o PS em Novembro de 2015. A procura interna adicionando-se aos efeitos da criação de novo emprego em setores como a construção, a restauração e a hotelaria arrastadas pelo turismo, pelo imobiliário e pelo dinamismo de setores exportadores impulsionam o crescimento: o reforço das pensões e dos apoios sociais é mais que compensado pela criação de emprego e do consequente aumento das contribuições para a Segurança Social.

O Orçamento do Estado para 2018 é um instrumento importante para o aprofundamento da recuperação do país na segunda metade da legislatura.

O documento agora apresentado reflete as negociações que o Bloco de Esquerda manteve com Governo, e os acordos que foi possível alcançar nesta fase da negociação orçamental:

- A reestruturação do IRS, com o aumento do mínimo de existência e introdução de dois novos escalões. A medida permite aumentar a justiça e progressividade fiscais, reduzindo impostos para os contribuintes até 40.000euros brutos;
- A vinculação de 3500 professores contratos, através da alteração da norma travão e da realização de uma nova vinculação extraordinária;
- O descongelamento das carreiras da Função Pública e respetiva atualização salarial em dois anos, ou seja, no âmbito da presente legislatura;
- O aumento de todas as pensões e, em particular, das pensões mais baixas, que crescem acima da inflação,

fruto do descongelamento legal efetuado em 2015.

- Aumento extraordinário das pensões, por forma a complementar o diferencial entre a atualização legal e os 10€ (ou 6€ no caso daquelas pensões mínimas aumentadas no passado).

A proposta do Orçamento do Estado não reflete, no entanto, duas prioridades do Bloco de Esquerda, que o Governo não incluiu na versão inicial, tendo optado por remeter esse debate para a especialidade e que não deixaremos de propor:

- Aumento em 2pp da derrama de IRC para empresas com lucros acima dos 35 milhões de euros;
- Eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego a partir do 6º mês, tal como acordado com o Partido Socialista em Junho deste ano

Na especialidade, o Bloco de Esquerda bater-se-á por um Orçamento do Estado que responda pelos objetivos do acordo ainda por cumprir e pelas áreas onde é maior o atraso da ação governativa até agora. Nos próximos dias, o grupo parlamentar analisará com pormenor a proposta final de Orçamento do Estado e definirá o conjunto de propostas a apresentar na especialidade. A Mesa Nacional identifica desde já como propostas prioritárias:

- Na segurança social:
 - complemento social para os pensionistas que sofreram grandes penalizações no contexto de reformas antecipadas por desemprego de longa duração
 - melhor resposta às necessidades das pessoas com deficiência
- Na saúde:
 - fim das cativações
 - médico de família para todos utentes até ao final de 2018
 - reposição das isenções de taxas moderadoras para doentes crónicos
 - fim das taxas moderadoras no transporte de doentes com carência económica
- Na educação:
 - redução do número de alunos por turma
 - gratuidade dos manuais escolares alargada ao 2º ciclo do ensino básico

- programa de recuperação das cantinas escolares

A par do debate orçamental, as políticas laborais e as necessárias alterações ao Código do Trabalho continuam a ser uma prioridade do Bloco de Esquerda. A recuperação de rendimentos deve ser, já o dissemos, acompanhada da reversão das normas gravosas introduzidas no código do trabalho ao longo dos últimos anos. O caso da PT/Al-tice é sintomático do muito que ainda está por fazer e da necessidade urgente de impedir que Portugal seja o pior exemplo das práticas laborais.

Deste ponto de vista parece haver um esboço de mudança de ciclo do lado dos trabalhadores, traduzido em maior exigência e capacidade reivindicativa, que se vem exprimindo em greves e outras formas de luta no setor público e nalguns do privado, por vezes pondo causa políticas e ministros deste governo (saúde, desde logo).

Apesar da estabilização da situação económica por força da aplicação do acordo para parar o empobrecimento, o país permanece sob riscos fortes decorrentes das áreas onde o acordo ainda não chegou: relançamento da contratação colectiva, investimento público e reforço dos serviços públicos, combate aos setores rentistas e reestruturação da dívida pública.

A dívida pública mantém-se acima dos 120% do PIB e os encargos anuais com juros equivalem a toda a despesa com o Serviço Nacional de Saúde. Acresce que a possibilidade de um aumento abrupto dos juros por decisão de Bruxelas ou Frankfurt mantém o país em regime de democracia tutelada. O peso da dívida, associado às restrições a que o governo permanece submetido, cumprindo metas do défice que vão além das estabelecidas por Bruxelas, põe em causa a capacidade do Estado de responder pelas suas obrigações. A falta de investimento público e a manutenção dos privilégios de setores rentistas impedem a requalificação dos serviços públicos e são obstáculos à resposta a problemas urgentes, como o combate ao desemprego de longa duração e à pobreza, a baixa da fatura energética ou a garantia do direito à habitação. Sob as restrições orçamentais impostas pela União Europeia, será adiado o lançamento de uma nova estratégia económica que permita superar os problemas estruturais da economia portuguesa. O congelamento da legislação laboral fixada sob a troika e a resistência do governo em repor os direitos do trabalho destruídos na última década promove a generalização da precariedade e impede uma valorização salarial que sequer acompanhe o crescimento económico.

A segunda metade da legislatura deve responder duas exigências: cumprir o que falta do acordo para parar o empobrecimento, recuperando serviços públicos e direitos do trabalho, e sustentar o crescimento económico através de investimento e políticas públicas que permitam combater o endividamento externo, o abandono do território

e as alterações climáticas.

Aprofundar a estratégia de recuperação do país reclama outra postura face à União Europeia. As expectativas da família política socialista sobre as eleições alemãs foram invocadas pelo PS para adiar a renegociação da dívida. As conclusões do grupo de trabalho sobre endividamento externo que juntou governo, PS e Bloco de Esquerda, ficaram pendentes desde então, mas o quadro político europeu está agora bem definido. Hoje é claro o erro desse adiamento; não será a Alemanha, como já não foi a França nem a Itália, a abrir qualquer caminho de recuperação dos países mais endividados da UE. As conclusões sobre dívida subscritas pelos parlamentares do PS e do Bloco são uma base de trabalho para que o Governo tome a iniciativa na Europa. Portugal deve defender a sua economia e proteger-se dos choques externos; querer ser o bom aluno do Eurogrupo não resolve nenhum problema estrutural da nossa economia. A “excepção” portuguesa comprova a necessidade de um caminho na Europa no inverso do neoliberalismo de Macron e Merkel.

A realização da Cimeira do Plano B, que, nos próximos dias 21 e 22 de outubro, reúne em Lisboa partidos de esquerda e movimentos sociais europeus, afirma o compromisso do Bloco com a construção solidária da alternativa na Europa.

Este deve ser o tempo da rejeição dos tratados que limitem a soberania e impedem o investimento público, que combata a financeirização da economia e que, aprendendo com o legado do pós-guerra, recupere uma estratégia económica assente no controlo público dos setores estratégicos, na reconstrução dos direitos do trabalho e no reforço do Estado Social enquanto pilar da democracia.

A acusação de corrupção contra o ex-primeiro ministro José Sócrates é um elemento crítico da vida do país. Independentemente da conclusão deste processo, os negócios e práticas expostas nesta investigação oferecem um retrato eloquente da promiscuidade entre política e negócios e das consequências da porta-giratória entre o espaço que faz as regras e os espaço que com essas regras beneficia e acumula. As duas figuras no centro desta acusação - Sócrates e Salgado - ao longo de seis anos, foram porventura as duas figuras mais poderosas do país. Este é portanto um processo que convoca um debate político acerca da economia, das suas regras, dos seus setores estratégicos e da propriedade destes. Enfim, convoca a luta por mudanças de fundo indispensáveis para que casos de destruição económica como a que estes protagonistas provocaram não possam repetir-se.

II. NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2017, O BLOCO DE ESQUERDA CRESCEU EM VOTOS E MANDATOS E ESTÁ HOJE PRESENTE EM MAIS CÂMARAS, MAIS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS E MAIS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA.

O Bloco manteve os vereadores eleitos no Entroncamento, na Moita, em Portimão, em Salvaterra de Magos (2), no Seixal e em Torres Novas, elegeu pela primeira vez em Abrantes, Amadora e Vila Franca de Xira. Embora tenha perdido o vereador em Olhão e o movimento Cidadãos por Coimbra, que o Bloco apoia, também tenha perdido o seu vereador, o Bloco regressou à vereação em Lisboa e Almada. No Funchal, a coligação “Confiança”, que o Bloco integra, voltou a ganhar a Câmara Municipal e aumentou o seu número de eleitos/as em todos os órgãos locais. O movimento de cidadãos “Eleitores Por Peniche”, que o Bloco de Esquerda apoiou, conquistou a maioria na autarquia.

O resultado eleitoral do Bloco, embora modesto, abre perspectivas e dá maior capacidade de influência e de trabalho junto das comunidades, em todo o território. Foi atingido o objetivo estabelecido na X Convenção do Bloco de Esquerda: aumentar a nossa representação nos municípios e freguesias. Na votação nacional para as Câmaras Municipais, passámos de 121 mil para 170 mil votos e de 8 para 12 vereadores/as. Nas Assembleias Municipais subimos de 157 mil para 216 mil votos e de 100 para 125 deputados/as municipais. Nas Assembleias de Freguesia, aumentamos de 115 mil para 170 mil votos e de 138 para 213 eleitos/as de freguesia.

O reforço do Bloco de Esquerda contribuiu ainda para cumprir dois outros objetivos: derrotar a direita e combater as maiorias absolutas, abrindo novas possibilidades de governos autárquicos. Agora, e tal como definido em Convenção, “em cada executivo, o Bloco contribuirá para maiorias de transformação à esquerda, nelas estando disponível para todas as responsabilidades, contribuindo para isolar e derrotar a direita nos órgãos autárquicos”. Esse esforço de convergência depende de compromissos políticos que defendam as populações e não da distribuição de pelouros. **Nas câmaras municipais, como nas freguesias, o Bloco de Esquerda bater-se-á pela criação de maiorias assentes em acordos programáticos à esquerda. Nesse quadro, estamos preparados para assumir todas as responsabilidades.**

Os resultados obtidos pelo Bloco de Esquerda exigem e permitem intervenção que ultrapasse as debilidades estruturais do nosso trabalho local e apela a uma reorientação e um muito maior investimento político nos locais de trabalho, no movimento associativo, nos movimentos sociais, redes e plataformas locais, única forma de enraizar o partido nas populações e na resolução dos seus problemas.

A direita é a grande derrotada das eleições autárquicas, perdendo mandatos e influência autárquica. A CDU, que mantém quase meio milhão de votos, perdeu cerca de 60 mil votos, dez câmaras municipais e várias maiorias absolutas. Um PS alinhado com a esquerda, como tem feito António Costa, mesmo da forma limitada que se conhece, retirou ao PCP eficácia à argumentação tradicional contra o PS e tornou o seu eleitorado muito vulnerável à sedução desse mesmo PS.

Nestas eleições, o Partido Socialista, que sozinho chega quase a 2 milhões de votos, cresceu cerca de 130 mil votos e o Bloco de Esquerda somou mais 50 mil. A CDU, que mantém quase meio milhão de votos, perdeu cerca de 60 mil votos. O PAN ultrapassou os 50 mil votos (mais 40 mil), enquanto os grupos de cidadãos, que contam mais de 350 mil votos, cresceram apenas 11 mil votos. O CDS, nos locais onde concorreu sem o PSD, ganha votos e influência autárquica à custa da queda do seu parceiro de coligação. Em todo o país, juntando os resultados de PSD e CDS às várias coligações em que participam, há um aumento de cerca de 100 mil votos à direita. A diminuição da abstenção e dos votos brancos e nulos impede comparações simples de resultados entre eleições. A maior participação eleitoral, que se traduziu num aumento de cerca de 300 mil de votos expressos, é um dado relevante e positivo nestas eleições. O Bloco de Esquerda, que integrou um grande número de independentes nas suas listas, deu o seu contributo para esta maior participação.

Os resultados autárquicos confirmam a dificuldade de afirmação de forças políticas alternativas no poder local. Mesmo no caso das listas de cidadãos que venceram eleições, prevalecem candidatos dissidentes dos partidos da alternância que tradicionalmente governam os municípios em que foram vencedores. Face ao crescimento eleitoral no todo nacional, o Bloco de Esquerda tem acrescidas responsabilidades. de contrariar esta tendência. O apoio aos eleitos e eleitas nas autarquias e uma maior capacidade de intervenção local exigem renovado empenho desta Mesa Nacional.

O Bloco de Esquerda convoca para dias 27 e 28 de janeiro de 2018 um Encontro Nacional de Trabalho Local, que junta os/as eleitos/as e ativistas locais do Bloco de Esquerda.

III. O BLOCO DE ESQUERDA CONDENA A VIOLENTA REPRESSÃO DO REINO DE ESPANHA E DO GOVERNO DE MARIANO RAJOY CONTRA O POVO CATALÃO E DEFENDE O DIREITO DA CATALUNHA À AUTODETERMINAÇÃO.

Nenhum argumento formal desculpa a violência policial contra a afirmação pacífica da vontade de um povo e do seu direito à autodeterminação. A enorme participação no referendo de 1 de outubro de 2017 foi um exemplo de cidadania. O direito a decidir o seu próprio destino é uma conquista de que nenhum povo ou nação pode prescindir. O bloqueio constitucional diz mais sobre a natureza do Estado espanhol do que sobre a legitimidade da aspiração democrática da Catalunha. Portugal, cuja Constituição defende o direito à autodeterminação dos povos, deve afirmar a sua solidariedade com o povo catalão.

A decisão do governo da Catalunha de suspender a declaração de independência cria um novo espaço negocial que não deve ser ignorado. O governo espanhol deve retirar de imediato as forças repressivas especialmente destacadas para território catalão, repor o respeito pelas instituições autonómicas e iniciar um processo negocial que respeite o direito à autodeterminação do povo da Catalunha. Rajoy já disse que não o fará e, com o apoio do PSOE e Cs, vai dissolver a autonomia e criminalizar o movimento independentista. A resistência popular da Catalunha é um sério aviso à União Europeia.